

03

Estendo estes agradecimentos à Editora Atlas, por meio de seu diretor de marketing, Alton Brandão, e sua equipe, não só pela edição deste livro, mas, também, pela coletânea *O indivíduo na organização: dimensões esquecidas*, cujas referências são transcritas na bibliografia nacional.

Finalmente, agradeço à Direção de Pesquisa da École des Hautes Études Commerciales, por seu aporte financeiro na publicação desta obra.

Jean-François CHAÛT



texto

INTRODUÇÃO

“O político e o social reduzidos ao econômico e este ao financeiro é o duplo reducionismo que rege hoje os negócios do planeta. Entre a lógica da vida e a das finanças se joga o destino do mundo.”

(René Passet, 1996, p. 231)

“Permitir aos mecanismos do mercado dirigir sozinho o destino dos seres humanos e de seu meio natural, e mesmo, de fato, do volume e do poder de compra, isto teria como resultado destruir a sociedade.”

(Karl Polanyi)

Durante as últimas décadas, as sociedades contemporâneas conhecem numerosas transformações sociais. Entre elas, três reiveram a atenção do sociólogo, professor em uma instituição de ensino de Administração de Empresas; como é meu caso: (1) a hegemonia do econômico; (2) o culto da empresa; (3) a influência crescente do pensamento empresarial sobre as pessoas. Essa constatação, como não podemos duvidar, tem suas incidências sobre a dinâmica e o tipo de sociedade que estamos construindo.

De fato, há cerca de aproximadamente dois séculos, com o nascimento da Revolução Industrial, a afirmação da razão e do progresso e as grandes revoluções políticas, americana e francesa, sabemos que entramos em uma sociedade em movimento, ritmada pelo crescimento econômico e as aspirações democráticas. Esse processo sócio-histórico, que surgiu no Ocidente (Max Weber, 1991), invadiu o mundo inteiro a tal ponto que, recentemente, o filósofo norte-americano Francis Fukuyama (1992), inspirado em Hegel, não hesitava em concluir sobre o fim dessa história, singularidade que também foi assinalada por numerosos historiadores, sociólogos e economistas, tais como Aron (1967), Braudel (1979), Jones (1981), Schumpeter (1984), Wallerstein (1985), Kennedy (1989) e Baechler (1995).

Essa afirmação é bastante presunçosa quando se conhece o lado trágico da existência humana em nosso século, não deixa de ser menos sintomático o ressurgimento de certo discurso em moda em que liberalismo econômico e político confundem-se com o apaziguamento das paixões, conduzindo, às vezes, ao pensamento único. Que o liberalismo em geral tenha tido uma contribuição significativa do que somos hoje ninguém pode negar. Entretanto, não é menos verdadeiro que a dinâmica do capitalismo situada na origem dessas transformações sociais jamais se caracterizou por um humanismo transbordante. Pensadores bastante diferenciados como Adam Smith, Karl Marx, Alexis de Tocqueville, John Stuart Mill, Max Weber, Friede Durkheim, Léon Walras, Thorstein Veblen, Joseph Schumpeter, Karl Polanyi, François Perroux, Fernand Braudel, Raymond Aron e John Maynard Keynes assinalaram esse aspecto em seus escritos, podendo-se mencionar, por exemplo, Schumpeter (1984), que caracterizou a dinâmica capitalista como "a destruição criativa".

A hegemonia do econômico à qual assistimos em nossa sociedade é, de fato, a da lógica do capitalismo, fundada na propriedade privada, no jogo de interesses pessoais, na busca do lucro e da acumulação que se impôs gradualmente por toda a parte. Nos últimos anos, a queda do muro de

Berlin, o fracasso das soluções coletivas e a crise do Estado. Providência contribuíram apenas para reforçar essa lógica (Albert, 1991; Thurow, 1996; J. de Medoff e Harless, 1996, e Wolman e Colamosca, 1997). Alguns de nossos contemporâneos não hesitaram em nos convencer a confiar na mão invisível do mercado e, principalmente, na dos mercados financeiros (Passet, 1995).

Esse triunfo ao mesmo tempo das idéias capitalistas como categorias dominantes do pensamento econômico e do mercado como modo de regulação das trocas teve como efeito imediato atribuir um espaço central à empresa. “*Existe capitalismo, lembra-nos Max Weber, lá onde as necessidades de um grupo humano são cobertas economicamente por meio da empresa, qualquer que seja a natureza da necessidade*” (Weber, 1991, p. 295). Nos últimos anos, esse papel atribuído tradicionalmente à empresa confundiu-se com uma exaltação particularmente vibrante da mesma, culto até então desconhecido na maioria de nossas sociedades capitalistas (Rousseau, 1988).

De fato, durante muito tempo considerada como um lugar de exploração de dominação e de alienação pela maioria, a empresa tornou-se a insinuação por excelência, fonte de riquezas e de cultura, destinada a resolver a maioria dos problemas com que nos defrontamos hoje.

Esse culto à empresa, que atingiu seu apogeu nos anos 80, teve duas consequências importantes: a difusão massiva dos discursos e das práticas de gestão em setores mantidos até então fora da influência do “espírito gerencial” e o aumento considerável do número de estudantes em gestão em toda parte no mundo. Esses dois fenômenos, conjugando-se, provocaram a emergência de uma sociedade que se poderia qualificar de *managerial*, no interior da qual o gestor ou o *homo administrativus*, para retomar aqui a expressão de Richard Déry (1997), transformou-se em uma das figuras dominantes.

As manifestações dessa sociedade *managerial* são múltiplas. Inicialmente, do ponto de vista lingüístico, pode-se facilmente observar o quanto as palavras *gestão*, *gerir* e *gestor* fazem parte do linguajar utilizado em nossas comunicações cotidianas correntes. Em seguida, do ponto de vista da organização, pode-se notar o quanto as noções e os princípios administrativos originários da empresa privada – eficácia, produtividade, *performance*, competência, empreendedorismo, qualidade total, cliente, produto, marketing, desempenho, excelência, tecnologia etc. – invadiram de forma absoluta as escolas, universidades, hospitais, administrações públicas, serviços sociais, museus, teatros, associações culturais e organizações sem

lucrativas. Recentemente, por exemplo, em um grande diário canadense de língua inglesa, pudemos ler, em artigo do reitor de uma grande universidade de língua inglesa, que as universidades deveriam inspirar-se nas técnicas do Wal-Mart. Finalmente, na escala social, pode-se observar o quanto as empresas, os gestores, os executivos formam grupos de influência social em nossos dias. Para convencer-se dessa última afirmação, é bastante possível, por exemplo, no lugar que eles ocupam não somente nas mídias, mas também na vida da cidade, principalmente por sua presença cada vez mais forte nos estabelecimentos universitários. Sem sombra de dúvida, o gestor transformou-se em uma das figuras centrais da sociedade contemporânea. Na esfera da vida privada pode-se, também, observar essa *invasion managerial*. Hoje, não se exprimem mais suas emoções, mas elas são generalizadas, assim como o emprego de seu tempo, suas relações, sua imagem e mesmo sua identidade. O *managerialismo*, isto é, o sistema de descrição de explicação e de interpretação do mundo a partir das categorias da gestão, está profundamente bem instalado na experiência social contemporânea. Ele é, diretamente, o produto de uma sociedade de gestores que busca racionalizar todas as esferas da vida social.

É nesse contexto que a relação entre as ciências sociais e a gestão atua-se, atualmente. Pode-se avaliar o quanto ele está no âmago da compreensão da dinâmica atual que acabamos de evocar, dinâmica cuja finalidade inscreve-se no processo de racionalização do mundo analisado, no início deste século, por Max Weber.

Quais formas toma essa relação? Qual é a contribuição das ciências sociais na compreensão do *management* contemporâneo e qual lugar elas devem ocupar na formação em gestão hoje? Para responder à estas importantes questões, que constituem o objeto central desta aula inaugural, é preciso, inicialmente, lembrar o projeto e as exigências tanto das ciências sociais como do *management*. Em seguida, é preciso apresentar o modo pelo qual a gestão trata, atualmente, os seres humanos. É somente partindo dessas indagações sucessivas que poderemos esclarecer o papel que devem exercer as ciências sociais no campo da gestão.

Retomando o essencial do projeto intelectual das ciências sociais, concluído, na última parte deste livro, para a ampliação desse projeto, enfatizando a introdução e a elaboração do projeto de uma antropologia geral. Esse ponto de vista que defendo aqui é parcial, incompleto e engajado, o que está de acordo com todo exercício intelectual desse gênero. Não sendo um dogma, ele permanece submetido ao debate público e à crítica de cada um.